

# Um regimento já

Heracio Salles \*

**Q**uando achou de bom aviso passar da fragmentação administrativa para o sistema de governo geral, a Coroa portuguesa entrou a expedir a cada governador um regimento minucioso para servir de guia à defesa dos interesses da metrópole. Torna-se hoje, na América Latina inteira mas principalmente no Brasil, de muito interesse rever a história da aventura lusitana em terras tão remotas do Novo Mundo, para se ter idéia de como a neocolonização que vai transformando em pesadelo nossos mais legítimos sonhos de futuro começa por inaugurar uma forma inédita de exploração e espoliação impiedosa de povos — em todos os sentidos — desarmados.

A primeira marca da singularidade está em que os novos colonizadores ignoram a massa de colonizados, a tal ponto que nem se preocupam com a necessidade de mantê-la em condições de suportar o esmagamento sem certos riscos de rejeição. A segunda, que constitui explicação desta, consiste em que a cabeça do reino só malignamente assimila, em relação às colônias, a noção agostiniana da variedade na unidade (*Et pluribus unum facere*), embora — convertida em lema do sistema federativo inventado pelos fundadores dos Estados Unidos: “de vários, fazer um”. Iniciativas “para as Américas” e outras escarnecedoras fórmulas que os traidores de cada pátria americana aceitam sem exame excluem, de fato e no fundo, qualquer possibilidade de integração de interesses. De cada uma pode-se verificar a mesmice das demais: *interesses* a defender há apenas os do Norte, que se identificam e apregoam em todas as áreas atuais, para o efeito prudente de projetá-los em um plano estratégico abrangente de sua segurança econômica e militar.

O futuro deles deve estar a cada momento claro, quando nada como projeto de cuja implementação se cuida por todos os meios e métodos, na manipulação brutal dos recursos de cada um dos países cujos dirigentes, degradados a partir das fontes de que brotaram mandatos presidenciais formalmente legítimos, invertem a destinação dos compromissos de campanha. No que respeita ao Brasil, para sentir o que significa isto como expressão de *modernidade*, basta recuar à colonização portuguesa e retomar o contato de seus mecanismos, dos quais chegaríamos a ter saudade se a humilhação da hora presente não antepusesse o inconformismo indignado a qualquer outra manifestação de nosso subconsciente sentimental.

Revendo o *Regimento de Tomé de Souza*, expedido em 1548, no momento em que os mecanismos de controle norte-americano exigem a miséria popular e são atendidos pela quadrilha anti-constitucional de Brasília, é interessante deparar com numerosos passos em que a Coroa se mostra preocupada com o bem-estar dos gentios. É certo que a preocupação decorre expressamente da necessidade de dar condições de bom desempenho do governador geral. Mas em que termos! É longe, mais de quatro séculos, da intenção de fazer circular pela propaganda — para com o suor e os gemidos dos contribuintes — propó-

sitos camuflados para dar curso, pelas costas como prestidigitador de circo, às medidas de capitulação nacional.

“Porque a principal causa que moveu a mandar povoar as terras do Brasil” — eis em que termos se expressa a Coroa lusa — “foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica, vos encomendo” (...) “especial cuidado de os provocar (aos gentios) a serem cristãos e para eles mais folgarem de o ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consintam que lhos seja feita opressão nem agravo algum e, fazendo se lhes façam corrigir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhas fizerem sejam castigadas como por justiça”.

Num período do século XX em que o governo do Brasil rouba os dinheiros públicos e distribui benesses a amigos e parentes de seus membros, é surpreendente saber que Tomé de Souza recebe no *Regimento* instruções severas para impedir que os portugueses já aqui instalados assaltem e roubem os gentios, conforme denúncia em Lisboa, e castigar os transgressores até com “pena de morte natural e perdimento de toda a sua fazenda, a metade para rendição dos cativos e a outra para quem o acusar”.

Com *ajustes* e embustes de toda espécie, os produtos nacionais são aviltados com o planejamento irracional e anticapitalista da queda do consumo, enquanto disparam para as nuvens do crime até os preços de remédios de uso contínuo, sem os quais os usuários morrem; e muitos vão morrer de acidentes cardiovasculares e cerebrais porque não terão dinheiro para comprá-los. Pois o primeiro governador geral trouxe em sua carta de guia do bem governar esta determinação da metrópole:

“Hei por bem que os ditos capitães e oficiais assenteis os preços que vos parecer honestamente podem valer as mercadorias que na terra houver e assim as que vão do reino e de qualquer outra parte, para terem preços certos e honestos conforme a qualidade de cada terra e por eles se venderem, trocarem e escambarem.”

Muito se pesca nessas águas antigas, mais modernas do que as dos mares de lama nas quais submergimos: cuidados prescritos para os curumins, que passariam a viver nos ambientes fortificados, e aos gentios que não fizessem guerra aos novos senhores (afinal os gajos eram colonizadores, de direito) e quisessem “ficar na terra da dita Bahia”, deviam ser atribuídas “terras para sua vivenda, de que sejam contentes onde vos bem parecer”.

Aos governadores gerais de hoje, que são gerais mas não governam, falta tudo para repetir Gabriel Soares no proêmio do *Roteiro* de 1589, onde escreveu do Brasil que era “capaz para se edificar nele um grande Império” — “tão soberano” que viria a ser “um dos grandes Estados do mundo”. Seria de desejar que a cada um deles, pelo menos, correspondesse um regimento suficientemente claro para mostrar como são velhos e nanicos diante dos prepostos do reino português.